

Frigol S.A.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Em 31 de março de 2023



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	27
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período de 31 de março de 2023	34

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas e Administradores da
Frigol S.A.
Ribeirão Preto – SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Frigol S.A. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 03 de maio de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Frigol S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	211.850	258.925
Outros investimentos	7	48	48
Contas a receber de clientes	8	155.761	226.935
Estoques	10	123.327	94.100
Ativos biológicos	10.1	11.663	20.769
Impostos a recuperar	11	109.304	102.939
Adiantamentos a fornecedores	-	5.186	3.073
Derivativos a receber	30	5.378	2.498
Outros créditos	9	9.399	9.987
Total do ativo circulante		631.916	719.274
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	11	65.487	61.615
Impostos fiscais diferidos	12	33.104	26.687
Depósitos judiciais	25	3.666	3.406
Adiantamentos a fornecedores	-	2.183	2.183
Partes relacionadas	14	4.080	8.362
Outros créditos	9	15.280	15.882
		123.800	118.135
Imobilizado	15	270.709	265.619
Intangível	16	1.119	1.116
Direito de uso dos ativos	20	9.970	10.416
		281.798	277.151
Total do ativo não circulante		405.598	395.286
Total do ativo		1.037.514	1.114.560

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frigol S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	17	81.436	130.302
Fornecedores - partes relacionadas	14 / 17	500	873
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	310.479	283.998
Arrendamentos a pagar	20	699	1.387
Salários e encargos sociais a pagar	21	41.328	52.477
Impostos e contribuições a recolher	22	10.433	8.832
Adiantamentos de clientes	18	29.703	38.139
Indenizações cíveis a pagar	23	1.249	1.305
Juros sobre o capital próprio a pagar	24	5.093	5.659
Dividendos a pagar	25	15.506	21.975
Outras contas a pagar	-	471	2.326
Total do passivo circulante		496.897	547.273
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	228.268	240.819
Impostos e contribuições a recolher	22	15.853	16.166
Arrendamentos a pagar	20	9.445	9.397
Provisões para riscos processuais	26	5.069	4.041
Indenizações cíveis a pagar	23	5.413	5.766
Outras contas a pagar	-	1.582	1.630
Total do passivo não circulante		265.630	277.819
Patrimônio líquido	27		
Capital social		126.935	126.935
Reserva legal		9.577	9.577
Reserva de reavaliação		8.027	8.100
Ajustes de avaliação patrimonial		2.283	2.304
Reservas de incentivos fiscais		137.268	137.268
Outros resultados abrangentes		3.808	3.041
Lucros/Prejuízos acumulados		(12.911)	2.243
Total do patrimônio líquido		274.987	289.468
Total do passivo e patrimônio líquido		1.037.514	1.114.560

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frigol S.A.

Demonstrações dos resultados para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/03/2023	31/03/2022
Receita operacional líquida	28	697.285	992.615
Custo dos produtos vendidos	29	<u>(632.229)</u>	<u>(826.175)</u>
Lucro bruto		65.056	166.440
Despesas gerais e administrativas	29	(20.774)	(19.775)
Despesas de vendas	29	(53.015)	(57.103)
Outras despesas	29	(1.425)	(158)
Outras receitas	29	2.216	474
Total de despesas adm., gerais e vendas		<u>(72.998)</u>	<u>(76.562)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>(7.942)</u>	<u>89.878</u>
Resultado financeiro líquido	31	(13.372)	2.392
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(21.314)</u>	<u>92.270</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	(28.501)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	6.417	1.144
Resultado das operações continuadas		<u>(14.897)</u>	<u>64.913</u>
Resultado das operações descontinuadas	33	(350)	(543)
Lucro/Prejuízo líquido do período		<u>(15.247)</u>	<u>64.370</u>
Lucro por ação		(0,13)	0,54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frigol S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro/Prejuízo líquido do período	<u>(15.247)</u>	<u>64.370</u>
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	93	92
Contrapartida de ajustes em operações de hedge	(767)	(6.281)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(15.921)</u></u>	<u><u>58.181</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frigol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	126.935	3.575	55.980	8.391	2.386	(1.696)	-	195.571
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(71)	-	-	71	-
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	-	-	-	-	(21)	-	21	-
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	-	-	-	-	-	6.281	-	6.281
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	72.343	72.343
Saldos em 31 de março de 2022	126.935	3.575	55.980	8.320	2.365	4.585	72.435	274.195
Saldos em 1º de janeiro de 2023	126.935	9.577	137.268	8.100	2.303	3.041	2.243	289.467
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(73)	-	-	73	-
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	-	-	-	-	(20)	-	20	-
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	-	-	-	-	-	767	-	767
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	(15.247)	(15.247)
Saldos em 31 de março de 2023	<u>126.935</u>	<u>9.577</u>	<u>137.268</u>	<u>8.027</u>	<u>2.283</u>	<u>3.808</u>	<u>(12.911)</u>	<u>274.987</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Frigol S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(15.247)	64.370
Depreciação e amortização	4.404	3.613
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(6.417)	(1.144)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	8.238	(2.990)
Provisão de participação nos resultados	(19.531)	1.382
Provisão para perdas de crédito esperadas	475	135
Realização da provisão para realização dos estoques	(213)	611
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado	104	72
Provisões para riscos processuais	1.028	(280)
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	766	1.697
	<u>(26.393)</u>	<u>67.466</u>
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais		
Outros investimentos	-	-
Contas a receber de clientes	70.699	(79.017)
Estoques	(19.908)	(3.310)
Impostos a recuperar	(10.237)	(13.761)
Adiantamentos a fornecedores	(506)	(7.675)
Outras contas a receber	(1.690)	(1.288)
Depósitos judiciais	(260)	(246)
Fornecedores	(48.866)	(79.480)
Salários e encargos sociais a pagar	8.382	5.055
Impostos e contribuições a recolher	1.288	8.258
Outras contas a pagar	(2.312)	42
Adiantamentos de clientes	(8.436)	85.005
Caixa oriundo das atividades operacionais	<u>(38.239)</u>	<u>(18.951)</u>
Atividades de investimento		
Aquisição Imobilizado/intangível, líquido	(9.155)	(5.152)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(9.155)</u>	<u>(5.152)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	274.657	282.279
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(255.266)	(270.252)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(13.699)	(4.182)
Partes relacionadas	2.302	(4.287)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(566)	(508)
Pagamento de dividendos	(6.469)	-
Pagamento de arrendamento a pagar	(640)	(756)
Caixa oriundo das atividades de financiamento	<u>319</u>	<u>2.294</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(47.075)</u>	<u>(21.809)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	258.925	96.956
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	211.850	75.147
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(47.075)</u>	<u>(21.809)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

FRIGOL S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas		
Venda de mercadorias e produtos	730.253	1.045.838
Receita da prestação de serviços	319	222
	730.572	1.046.060
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados	(632.229)	(826.175)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.898)	(81.930)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(3)
	(653.127)	(908.108)
Valor adicionado bruto	77.445	137.952
Depreciações e amortizações	(4.404)	(2.281)
Valor adicionado líquido produzido	73.041	135.671
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	36.553	48.954
	36.553	48.954
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	109.594	184.625
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	33.686	35.713
Remuneração direta	24.638	31.120
Benefícios	5.568	2.493
FGTS	3.480	2.100
Impostos, taxas e contribuições	37.029	36.432
Federais (incluindo IOF)	14.586	12.774
Estaduais	22.338	23.571
Municipais	105	87
Remuneração de capitais de terceiros	54.126	48.110
Juros	49.759	46.491
Aluguéis	4.367	1.619
Remuneração de capitais próprios	(15.247)	64.370
Lucros retidos	(15.247)	64.370
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	109.594	184.625

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Geral

A Companhia foi constituída em 1º de julho de 1992, sob a denominação de Frigol Comercial Ltda., tendo como objeto social o abate de animais bovinos e suínos, industrialização, importação, exportação e comércio atacadista de carnes bovinas e suínas. Em 14 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram por unanimidade a transformação do tipo jurídico da Companhia, passando de Frigol Comercial Ltda. para Frigol S.A., aprovando também a consolidação do novo estatuto social e elegendo seus diretores executivos. Com a aprovação da transformação do tipo societário, a Companhia converteu as quotas representativas do capital social em ações pelo mesmo valor, não havendo, portanto, qualquer tipo de alteração no capital social da Companhia.

A Companhia é formada por 100% de capital nacional. Em 09 de novembro de 2020, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) sob nº 531.590/20-3 de 11 de dezembro de 2020, foi alterada sua Sede, que passou a ser situada na Rua Ana Neri, nº 392, bairro Vila Maria Cristina CEP 18.681-160 no Município e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, e que se destina às atividades administrativas.

Possui três plantas produtivas em Lençóis Paulista – SP, sendo uma de abate de bovinos, outra de suínos e uma graxaria responsáveis pelo abastecimento do comércio exterior e todo o interior do Estado de São Paulo e sua Capital. Possui também duas plantas no Estado do Pará nos municípios de Água Azul do Norte e São Félix do Xingu para abate de bovinos e responsável por abastecer as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, além do mercado externo.

Possui operações terceirizadas em Centros de Distribuição nas cidades de Bauru e Jandira, no Estado de São Paulo. O CD de Bauru está localizado na Rodovia Marechal Rondon, Km 348, Núcleo Residencial Edison Bastos Gasparini, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo do interior do Estado de São Paulo. O CD de Jandira está localizado na Via de Acesso João de Góes, nº 1701 no Jardim Alvorada, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo na Capital Paulista, Litorais Norte e Sul e Interior.

Exerce a exploração da atividade agropecuária nas propriedades denominadas fazenda Maguari e fazenda São Félix do Xingu situadas no Município de São Félix do Xingu/PA, e ainda na fazenda Santo Expedito localizada no Município de Água Azul do Norte/PA, as quais são utilizadas nas operações de cria, recria e engorda de bovinos, bem como atividades de confinamento e semiconfinamento de bovinos.

1.2. Impactos da Covid-19

A Companhia manteve estreito acompanhamento dos desdobramentos da pandemia e seus impactos sanitários, sociais e econômicos, mantendo os protocolos que assegurassem as condições de segurança de seus colaboradores, fornecedores e clientes.

A Companhia implementou uma série de medidas complementares com foco na proteção da saúde de seus colaboradores a adoção de trabalhos em home office (teletrabalho) das áreas administrativas e comercial, realização de treinamentos, reuniões por meio eletrônico, suspensão das viagens internacionais e nacionais, aplicação de quarentena aos colaboradores que faziam parte do grupo de risco, tais como gestantes, hipertensos e com idade acima do que permite a Organização Mundial da Saúde (OMS), disponibilizou de recipientes de álcool em gel em vários locais de todas as unidades, monitorou a temperatura corporal na entrada das plantas e todas as demais medidas necessárias ao atendimento à Portaria Interministerial MTP/MS/MAPA nº 7, de 06 de Dezembro de 2021, que alterou o anexo I da Portaria Conjunta nº 19/STRAB/SEPRT-ME/SPA-MAPA/SVS-MS, de 18 de junho de 2020.

Mesmo com as flexibilizações dos protocolos ocorridos no Brasil, a Companhia continua com seus protocolos de Covid Zero em suas plantas, em cumprimentos aos mais rigorosos protocolos sanitários, buscando sempre a segurança do trabalho de seus colaboradores e produtos com a máxima sanidade para seus clientes e fornecedores.

1.3. Principais eventos ocorridos no período

- a) Em 18 de janeiro de 2023, foi aprovada em AGE a reeleição do Membro do Conselho de Administração, Sr. Britaldo Pedrosa Soares para o cargo de Conselheiro Independente com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Artigo 146, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976;
- b) Em 06 de fevereiro de 2023, foi aprovada em ARD a abertura da filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 1550, conjuntos 1016 e 1017, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco (Zona Sul), destinado as atividades administrativas e de escritório;
- c) Em 01 de março de 2023, foi aprovada em AGO após o exame das matérias e discussão constantes da ordem do dia, foi deliberado e aprovado pela acionista:

c.1) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

c.2) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, o relatório da administração e as contas dos administradores relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

c.3) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta da administração para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

c.3.1) Consignar o pagamento a Acionista da Companhia de juros sobre capital próprio correspondente, no montante bruto de R\$ 12.870.676,53 (doze milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos), calculados até a data base do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

c.3.1.1) O valor de R\$ 6.212.874,69 (seis milhões, duzentos e doze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) já foi declarado e pago, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de setembro de 2022.

c.3.1.2) O saldo residual de juros sobre capital próprio, ora declarados, no montante de R\$ 6.657.801,84 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e um reais e oitenta e quatro centavos), será pago em moeda corrente nacional, parceladamente, e ocorrerá até o término do exercício social do ano de 2023.

c.3.2) Consignar a distribuição de dividendos a Acionista da Companhia correspondente ao montante de R\$ 30.879.199,67 (trinta milhões oitocentos e setenta e nove mil e cento e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos), a título de dividendos obrigatório e dividendos adicionais.

c.3.2.1) O valor de R\$ 8.904.056,52 (oito milhões, novecentos e quatro mil, cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) já foi declarado e distribuído a título de dividendos intercalares, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e retificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de setembro de 2022.

c.3.2.2) O saldo residual de dividendos, ora declarados, no montante de R\$ 21.975.143,15 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cento e quarenta e três reais e quinze centavos), será pago em moeda corrente nacional, parceladamente, e ocorrerá até o término do exercício social do ano de 2023.

c.3.3) Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional, parceladamente, e ocorrerão até o término do exercício social do ano de 2023, conforme cronograma a ser fixado pela Diretoria Executiva e informado a Acionista.

c.4) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a fixação da remuneração global do ano de 2023 dos Administradores da Companhia no valor de até R\$ 12.704.666,00 (doze milhões setecentos e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais) incluídos todos os benefícios e encargos, sendo: R\$ 8.523.764,70 (oito milhões quinhentos e vinte e três mil setecentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos) vinculados à remuneração da Diretoria Executiva e R\$ 4.180.902,00 (quatro milhões cento e oitenta mil novecentos e dois reais) vinculados à remuneração do Conselho de Administração, referidos valores referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2023.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A diretoria executiva da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2023, em 03 de maio de 2023.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 08** – Provisão para perdas de crédito esperadas;
- **Nota Explicativa nº 12** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 15** – Definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade;
- **Nota Explicativa nº 26** – Provisão para riscos processuais; e
- **Nota Explicativa nº 32** – Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis intermediárias:

a) **Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos períodos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

b) **Moeda estrangeira**

i) **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no período. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c) **Instrumentos financeiros**

i) **Ativos financeiros não derivativos**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: valor justo por meio dos resultados (VJR residual), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Vjora), valor justo por meio de outros resultados abrangentes para instrumento de patrimônio e custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os saldos desses ativos financeiros da Companhia são formados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6), operações a receber e outras contas a receber (Nota Explicativa nºs 8 e 9), sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

iii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada, vencida e paga.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e mútuos financeiros entre partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-lo às suas localizações e condições disponíveis para venda.

Provisão para obsolescência, ajuste a valor líquido de realização e itens deteriorados são registrados quando necessário. As perdas ocorridas no curso normal da produção são partes integrantes do custo de produção, as perdas anormais, se houver, são reconhecidas diretamente como despesa do exercício.

e) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia incluiu custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta, quando este for material.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*).

Cabe destacar que, a Companhia contratou peritos avaliadores especializados para verificação do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens, para confronto com os valores registrado e controle da mais-valia o que foi resultante para decisão da administração em registrar o custo atribuído (*deemed cost*).

Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (veja Nota Explicativa nº 15).

A adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado causou um aumento não relevante na despesa de depreciação nos exercícios futuros, motivo pelo qual a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Descrição	Média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	7,38
Instalações industriais	17,06
Móveis e utensílios	5,30
Veículos	3,25
Imóveis e edifícios	33,50
Equipamentos de informática	3,40
Aeronave	3,75
Ferramentas	6,79
Animais de tração	1,12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 15, será mantido até sua completa amortização, por depreciação

integral ou alienação dos bens.

f) Arrendamentos

Os contratos são considerados como arrendamentos quando atender a ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável e tangível; e
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer benfeitoria efetuada antes do início do contrato.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou término do prazo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando como base o índice previsto e acumulado no período anual do (IGPM). Em caso de falta deste índice, o reajuste terá como base a média da variação dos índices inflacionários do ano corrente ao da execução do aluguel.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

i) Software

As licenças de programas de computador (software) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são registradas pelo custo e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

h) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade para ativos financeiros.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não a propriedade para investimento, estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinido ou ativo intangível em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento desses ativos e passivos são registrados quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

A Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Reconhecimento pelo custo amortizado**

Os valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidos no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros;

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

A conta de outros resultados abrangentes compreende os registros das parcelas de ganhos

ou perdas advindas de instrumentos de hedge em operações de *zero cost*, termo em dólar (NDF), operação de (SWAP) e contratos futuros B3 operação BGI;

- **Valor justo por meio do resultado**

Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo;

- **Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting***

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato é contratado, sendo reavaliados subsequentemente ao valor justo. Os Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Qualquer ganho ou perda resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultados, com exceção para *hedge accounting* que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes “contrapartida ajustes em operações de *hedge*”. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para demonstração de resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

j) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos e despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Reconhecimento da receita de vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

m) Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com Imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

p) Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. Em março de 2022, a Companhia emitiu seu primeiro relatório de sustentabilidade e durante 2022 emitirá o inventário de emissão de gases do efeito estufa que propiciará a Companhia o delineamento de metas de redução de emissões para os próximos

anos. Durante o terceiro trimestre de 2022 a Companhia fez sua primeira aquisição de energia 100% renovável para 100% de seu consumo para os anos de 2023 e 2024. Essa compra está em linha com as metas de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa prevista no primeiro relatório de Sustentabilidade de 2022. A aquisição foi realizada através da empresa Auren (Votorantim Energia – Votener) que já fornece energia à Companhia nos últimos 3 (três) anos com um percentual de 70% renovável. No mês de dezembro de 2022 em evento do MPF/PA a Companhia recebeu o resultado da auditoria do TAC da Pecuária Sustentável do Estado do Pará, onde atingiu 100% de conformidade nas compras de animais para o Abate, atendendo a todos os critérios socioambientais e foi apresentada com uma das companhias que mais evoluiu nos processos de conformidade socioambiental.

No mês de dezembro de 2022, em evento do MPF/PA a Companhia recebeu o resultado da auditoria do TAC da Pecuária Sustentável do Estado do Pará, referente ao período de 01/07/2019 a 30/06/2020, onde atingiu 100% de conformidade nas compras de animais para o abate, atendendo a todos os critérios socioambientais e foi apresentada que foi uma das companhias que mais evoluiu nos processos de conformidade socioambiental.

q) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, mútuos financeiros entre partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia**

Seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Não foram apresentados por se tratar de diferenças não relevantes com os valores contábeis.

- **Empréstimos e financiamentos**

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. A Companhia deixou de divulgar, devido aos valores não apresentarem divergência relevante com os valores contábeis.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Em 18 de agosto de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a versão da política de gestão de risco de crédito, mercado e liquidez.

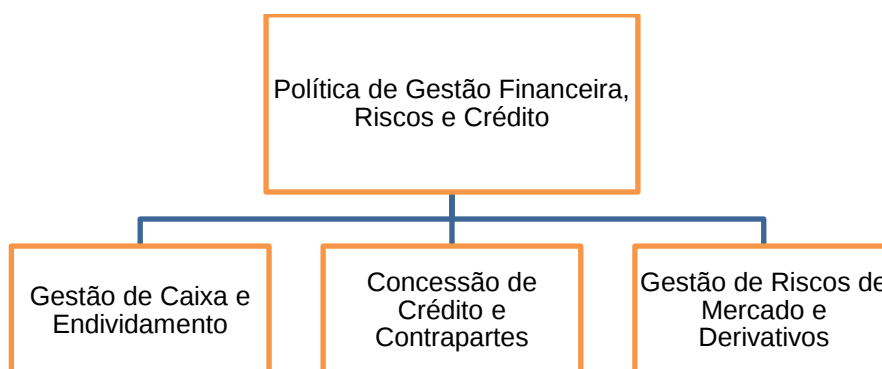
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros ou de suas atividades operacionais:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis intermediárias.

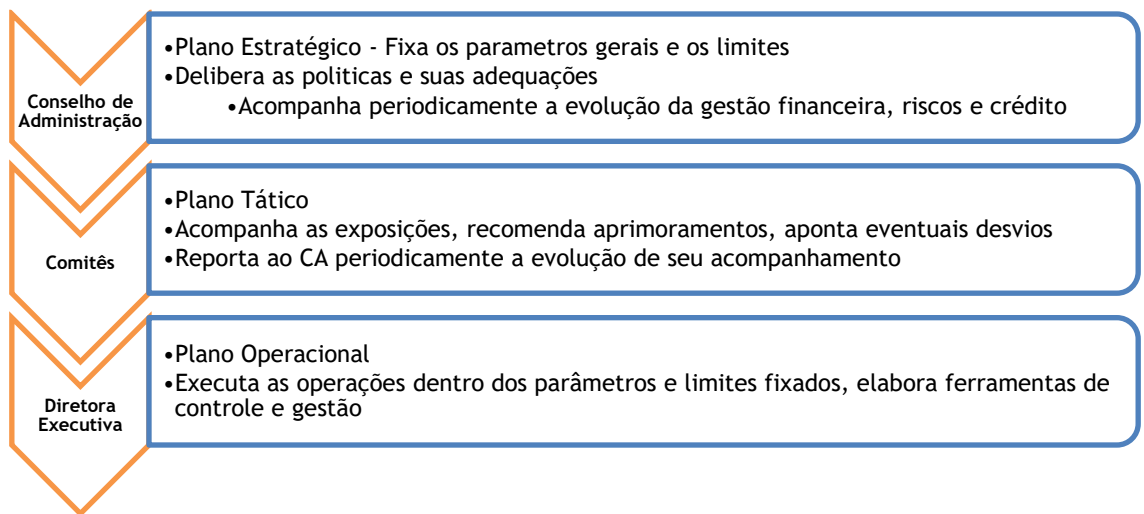
Estrutura da Política



Objetivo

Estabelecer Políticas com critérios sólidos, limites de atuação e decisões que envolvam gestão: **(i)** do fluxo de caixa, liquidez e endividamento; **(ii)** concessão de crédito e contrapartes; **(iii)** das exposições aos riscos de mercado; e **(iv)** da utilização de derivativos com a finalidade exclusiva de proteção dos negócios.

Governança e atribuições



5.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. Não existem operações concentradas de venda com um único cliente superior a 10%.

A administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega a serem oferecidos.

Os clientes aprovados são monitorados em plataformas de proteção ao crédito pelo período de três meses, sendo este o mesmo prazo de validade do cadastro. Caso sejam identificadas restrições relevantes frente ao limite de crédito aprovado, é realizada a suspensão preventiva do fornecimento, até que o restritivo seja cancelado ou tenha seu teor anulado por documentos anuentes a serem analisados pela equipe interna.

A análise da administração inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Não são adotados limites genéricos de acordo com o segmento de mercado do cliente, como praticado por algumas empresas. Os valores a serem liberados para faturamento são determinados em consequência de uma série de análises. Além das características gerais do negócio são avaliadas também peculiaridades de cada pessoa jurídica sujeita ao processo de avaliação dentre as quais podem ser destacadas:

- Segmento de mercado;
- Mercado interno e mercado externo;
- Histórico de inadimplência;
- Capital social; e
- Tempo de fundação da Empresa.

Os fatores acima mencionados, além de outros essencialmente subjetivos (contexto econômico, variáveis regionais, sazonalidade de vendas, etc.), servirão como base para a determinação do crédito a ser concedido, bem como a manutenção do risco no decorrer do tempo.

Atrasos constantes, restrições de crédito em nome da empresa ou dos respectivos sócios, excesso de devoluções entre outros, poderão incorrer no bloqueio do cadastro, nestes casos o cliente apenas poderá realizar novas compras mediante pagamento antecipado através de depósito em conta corrente.

Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar em base de pagamento antecipado. A concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes. A Companhia não exige garantia para as vendas a prazo.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação as contas a receber de clientes e outros créditos.

5.2. Risco de liquidez

A gestão do risco financeiro de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer o desempenho da Companhia sob a perspectiva de caixa.

A gestão da liquidez tem como objetivo específico a manutenção de recursos em volume compatível com

os ciclos e sazonalidades do negócio e orienta quanto as classes de ativos e as contrapartes aceitáveis para os investimentos financeiros da companhia.

A Alavancagem da companhia (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado) foi mantida em nível inferior a 2.0 vezes o Ebitda Ajustado acumulado nos últimos 12 meses correntes, previsto na Política.

5.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como risco de moeda, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Dado que a empresa tem como moeda funcional o Real, todos os controles e atuação da Diretoria Executiva tem como objetivo principal a preservação do fluxo de caixa na referida moeda, observando a convergência da gestão integrada de todos os demais fatores de risco, ou seja, monitorar de forma sistêmica as exposições da companhia.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda, em geral o dólar americano (USD), nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

A Companhia mantém política de proteção cambial em suas exposições nas receitas de vendas para o mercado externo que representam em relação às vendas líquidas o montante é 58,07%.

A companhia possui política específica para suas exposições em derivativos para proteção das variações no câmbio que possam acarretar oscilações em seus resultados, conforme tabela a seguir:

Tabela de proteção

Meses	Limite de proteção cambial	
	Mínimo	Máximo
M	60%	80%
M+1	50%	70%
M+2	40%	60%

Proteção cambiais acima de 90 dias, bem como proteção dos percentuais supramencionados, poderão ser realizadas desde que previamente avaliadas pelo Comitê de Riscos, Finanças e Conformidade para posterior deliberação no Conselho de Administração.

Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa Libor, CDI e TR, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

Quanto às aplicações financeiras da Companhia, o indexador é o CDI para operações no mercado interno. Ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

A Política instituída para a Companhia em 2021, determinou dois pontos específicos sobre as disponibilidades de caixa destinados a aplicação, conforme segue:

- São considerados bancos de primeira linha, àqueles que tenham ratings públicos emitidos pelas principais agências de Classificação de Risco (S&P, Fitch, Moody's), e com classificação mínima BB-; e

- Não será permitida concentração superior a 25% da disponibilidade financeira em uma única instituição financeira, exceto se autorizado pelo Conselho de Administração.

Risco com commodities

No curso normal de suas operações, a Companhia compra commodities, principalmente bovinos vivos, maior componente individual dos custos de produção.

O preço dos bovinos adquiridos de terceiros está sujeito a condições de mercado e é influenciado por disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado nacional e internacional, dentre outros aspectos.

A política estabelecida em 2021 pela Companhia, visa estabelecer diretrizes para o processo de gestão dos riscos associados a flutuações do preço da arroba do boi, principal insumo da companhia.

100% dos animais adquiridos para entrega futura, deverão ser hedgeados no ato da consumação da transação de compra. Adicionalmente, exposições por conta de confinamento de animais próprios ou de parcerias também deverão ter suas respectivas exposições apuradas e o saldo exposto deverá ser 100 % hedgeado.

Com objetivo de mitigação dos riscos de mercado resultantes das transações financeiras e operacionais, ficam aprovados os seguintes instrumentos:

- i) Contratos Futuros;
- ii) Contratos a Termo (NDF);
- iii) Swaps (Bolsa e/ou Balcão); e
- iv) Compras e Vendas de opções de Compra (CALL) e Venda (PUTS) sem alavancagem (ZCC).

Critério de seleção de operações e contrapartes:

- i) Operações preferencialmente realizadas em mercado organizado (Bolsa de Valores);
- ii) Operações de Balcão apenas com as contrapartes previamente aprovadas;
- iii) Operações com Corretoras devem ser realizadas exclusivamente com àquelas que sejam vinculadas ou controladas por Bancos e consequentemente sujeito ao limite de classificação previsto nesta política; e
- iv) Operações de venda (PUT Options) são proibidas.

Em 2021, houve alteração na política de gerenciamento de risco para a aplicação da contabilidade de hedge de acordo com as diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities as quais são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

5.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Diretoria Executiva. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

A avaliação de risco para gestão de capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A principal ação sobre essa gestão decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/12/2022
Caixa	17	18
Saldos bancários	53.932	94.137
Aplicações financeiras	157.901	164.770
Total	211.850	258.925

Aplicações financeiras:

	31/03/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras em moeda nacional		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	157.901	164.770
Total	157.901	164.770

Houve uma leve diminuição nos saldos de caixa e equivalentes da companhia atingindo o valor de R\$ 211.850. A evolução do saldo se deve a geração de resultados sazonalmente menor no trimestre, acompanhada por um efeito também sazonal nas operações de compra de gado a prazo em janeiro.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentadas na Nota Explicativa nº 30.

Os ativos financeiros da Companhia foram classificados conforme suas características e intenção em: **(i)** mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e **(ii)** custo amortizado, de acordo com a tabela a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
--	------------	------------

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	211.850	258.925
Total	211.850	258.925

7. Outros investimentos

A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de capitalização, cujo prazo de resgate excede a 90 dias da data da contratação:

	31/03/2023	31/12/2022
Mensurado pelo custo amortizado	48	48
Total	48	48

Os títulos de capitalização serão remunerados por um percentual do pagamento único, atualizada mensalmente no 1º dia do mês pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança do dia 1º do mês da atualização e capitalizada à taxa de juros de 0,5% ao mês gerando o valor do resgate do título. Estes títulos estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

8. Contas a receber de clientes

	31/03/2023	31/12/2022
Terceiros no país	83.214	130.177
Terceiros no exterior	83.904	107.640
Subtotal	167.118	237.817
(-) Provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(11.357)	(10.882)
Total	155.761	226.935

As contas a receber de terceiros no exterior são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias.

A Companhia, em 31 de março de 2023, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Contas a receber por idade de vencimento:

	31/03/2023	31/12/2022
A vencer	155.453	225.774
Vencidas		
Até 30 dias	224	951
De 31 a 60 dias	63	91
De 61 a 90 dias	21	119
Acima de 90 dias	11.357	10.882
Total	167.118	237.817

Movimentação da provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	31/03/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	(10.882)	(8.934)
Créditos revertidos	32.878	120.286
Créditos provisionados	(33.353)	(122.234)
Saldos finais	(11.357)	(10.882)

A provisão para Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração, diante às eventuais perdas.

A despesa com a constituição da provisão para perda foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na Rubrica “Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa” são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia não possui nenhuma garantia sobre os saldos em atraso, esgotada a possibilidade de renegociação com o cliente inicia-se o processo de cobrança na esfera judicial.

9. Outros créditos

	31/03/2023	31/12/2022
Cessão de crédito (a)	7.817	7.817
Despesas a apropriar (b)	10.483	11.437
Títulos a receber ©	2.268	2.504
Indenizações a receber (d)	3.983	3.983
Outros valores a receber	128	128
Total	24.679	25.869
Circulante	9.399	9.987
Não circulante	15.280	15.882

- (a) Crédito com a empresa JSS Com. Atacadista de Carnes Ltda processo 0013041-87.2009.8.20.0001 8ª Vara Cível da Comarca de Natal-RN.
- (b) Despesas incorridas na estruturação da emissão de debêntures e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e corretagem na contratação do Pré-Pagamento de Exportação (PPE).
- (c) Título de crédito referente aos investimentos realizados nas instalações do Frigorífico Juruena Ltda.
- (d) Valor referente cumprimento de sentença arbitral favorável à Companhia contra a empresa Ky© PS Trader Energia S.A. processo nº 1020446.75.2022.8.26.0506.

10. Estoques e ativos biológicos

	31/03/2023	31/12/2022
Produtos acabados	102.085	73.911
Ativos biológicos (Nota Explicativa nº 10.1)	11.663	20.769
Almoxarifado e outros (a)	24.083	23.243
Provisão para a não realização (b)	(2.841)	(3.054)
Total	134.990	114.869

- (a) A variação de 2023 para 2022 em almoxarifados se deve ao maior volume de produção com necessidade de manutenção de estoques maiores que o mesmo período do ano anterior, bem como o aumento dos insumos de maneira geral, reajustado por variação da inflação, dólar e petróleo.
- (b) Foi constituída provisão para não realização do estoque considerando os preços realizáveis de mercado dos produtos acabados em relação ao custo contábil.

A administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

Movimentação da provisão para não realização de estoques:

	31/10/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	(3.054)	(2.507)
Revertidos	9.592	37.400
Provisionados	(9.379)	(37.947)
Saldos finais	(2.841)	(3.054)

10.1. Ativo biológico

A Companhia possui atividade pecuária decorrente de operações de confinamento de gado, estando sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de determinar o valor justo deles, baseando-se no conceito de valor a mercado, no mínimo, durante os encerramentos dos semestres, são reconhecidos os efeitos das valorizações diretamente no resultado. Em 31 de março de 2023, os ativos biológicos mensurados ao valor justo, tinha o seu valor bem próximo ao custo histórico, por esse motivo a administração optou em registrar pelo custo histórico.

As operações de ativos biológicos são representadas por gado bovino de confinamento de curto prazo, sendo estas aquisições para abate próprio, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação.

Em 31 de março de 2023, os animais de confinamento para abate eram compostos de 3.288 cabeças (5.941 cabeças em 31 de dezembro de 2022) de bovinos em fase de engorda em pastagem própria.

11. Impostos a recuperar

	31/03/2023	31/12/2022
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (a)	12.382	10.370
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) (b)	48.280	44.463
Programa de Integração Social (Pis) (b)	11.473	11.891
Co-ins - exclusão do ICMS da base de cálculo (c)	17.334	17.1-0
PIS - exclusão do ICMS da base de cálculo (c)	3.857	3.817
IRPJ a recuperar (d)	29.136	29.136
CSLL a recuperar (d)	10.364	10.364
IPI a recuperar (e)	74-	720
PRR - Programa de Regularização Tributária Rural	38.955	35.343
Imposto de renda retido na fonte	2.260	1.288
INSS a recuperar	2	2
Total	174.791	164.554
Circulante	109.304	102.939
Não circulante	65.487	61.615

(a) O crédito de ICMS teve como fato gerador a apuração e recuperação dos créditos de ICMS de insumos proporcional às exportações do estabelecimento inscrito no CNPJ nº 68.067.446/0010-68, situado em Água Azul do Norte – PA, nos termos do artigo 155, Parágrafo 2º, X, a, da Constituição Federal e do artigo 70 do Regulamento do ICMS do Estado do Pará no valor de R\$ 546, e R\$ 11.836 decorrente da aquisição de gado bovino adquirido em operações interestaduais pelo estabelecimento CNPJ nº 68.067.446/0004-10, situado na Rua Dr. Gabriel de Oliveira Rocha, 704 em Lençóis Paulista – SP, referidos créditos serão utilizado na compensação dos débitos gerados em meses subsequentes e também na aquisição de insumos (embalagens).

(b) Os créditos de Cofins e PIS são provenientes, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas na produção de produtos exportados ou de produtos cuja venda é tributada a alíquota zero. A Companhia contratou uma consultoria externa para validar os créditos e atender as exigências do Ato Declaratório Executivo Cofins nº 25/2010. A Companhia entrou com pedido de

ressarcimento dos créditos do período de outubro de 2009 a março de 2023, junto a Secretaria da Receita Federal e vem compensando os débitos de imposto de renda retidos na fonte e contribuições previdenciárias.

- (c) A Companhia registrou a importância de R\$ 21.191, sendo R\$ 9.688 oriundo de crédito tributário e R\$ 11.503 a título de atualização monetária do referido crédito decorrente da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins (processo no 0007482-71.2009.4.03.6108) e do PIS (processo no 0007481-86.2009.4.03.6108), com julgamento finalizados em 2021.

O Supremo Tribunal Federal (STF) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas referentes ao julgamento do RE nº 574.706, definindo que:

- Os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins deve se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15 de março de 2017; e
- O ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da Cofins é o destacado nas notas fiscais.

O acórdão do julgamento do RE nº 574.706 PR, finalizado em 15 de março de 2017, estabelecia a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins por ter sido realizado sob o rito de Repercussão Geral, nos Termos do artigo 543-B da Lei nº 5.869/73, somente citada a Secretaria da Receita Federal à citada decisão, após a manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme disposição do art. 19-A da Lei nº 10.522/2002.

- (d) O saldo é decorrente de pagamentos mensais de estimativa do Imposto de Renda e da Contribuição Social até 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 39.500. Em 2021, a Companhia teve decisão favorável no TRF-3 com ganhos em todos os pedidos. Ainda em 2021, embasada pela decisão do TRF-3, dos últimos julgados do CARF e amparada por parecer jurídico iniciou a utilização dos benefícios fiscais do Estado do Pará para efeito de redução da base tributável para imposto de renda e contribuição social, conforme determina a IN 1700/2017, Artigo 198. Embora os valores tenham sido utilizados a Companhia de maneira conservadora optou pelo pedido de restituição e não de compensação para evitar discussões tributárias no âmbito administrativo.
- (e) Em 14 de fevereiro de 2022, o processo no 5011822-11.2020.4.03.6100 transitou em julgado com desfecho favorável a Companhia, o qual objetivava reconhecer o direito de se creditar do IPI nas aquisições de insumos isentos provenientes da Zona Franca de Manaus, em respeito aos artigos 43, parágrafo 2º, Inciso III, da Constituição Federal de 1988 e 40 do ADCT, com aplicação das alíquotas prevista na TIPI sobre o valor dos produtos adquiridos.

12. Imposto de renda e contribuição social

i) Imposto de renda e contribuição social (diferidos)

Impostos diferidos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias ativas						
Provisão para Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	11.357	10.882	-	-	11.357	10.882
Provisão para riscos processuais	5.069	4.041	-	-	5.070	4.041
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	2.841	3.054	-	-	2.841	3.054
Provisão de participação no resultado	1.469	21.000	-	-	1.469	21.000
Prejuízo fiscal	92.249	55.277	-	-	92.250	55.277
Diferenças temporárias passivas						
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(12.162)	(12.272)	(12.162)	(12.272)
Custo atribuído	-	-	(3.459)	(3.491)	(3.459)	(3.491)
Base de cálculo tributos diferidos	112.985	94.254	(15.621)	(15.763)	97.366	78.491
IRPJ-diferidos - diferença temporária	28.247	23.564	(3.906)	(3.941)	24.341	19.623
CSLL-diferidos - diferença temporária	10.169	8.483	(1.406)	(1.419)	8.763	7.064
Total dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias	38.416	32.047	(5.312)	(5.360)	33.104	26.687

A seguir, a movimentação dos impostos fiscais diferidos:

	31/12/2022	Reconhecidos no resultado	31/03/2023
Ativos fiscais diferidos			
Saldos iniciais	32.047	-	32.047
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidatão Duvidosa (PECLD)	-	161	161
Provisão para contingências	-	350	350
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	-	(72)	(72)
Provisão de participação no resultado	-	(6.640)	(6.640)
Prejuízo fiscal	-	12.570	12.570
Saldos finais	32.047	6.369	38.416
Passivos fiscais diferidos			
Saldos Iniciais	(5.360)	-	(5.360)
Realização sobre a reserva de reavaliação	-	35	35
Custo atribuído	-	13	13
Saldos finais	(5.360)	48	(5.312)
Impostos fiscais diferidos líquidos	26.687	6.417	33.104

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estes sejam liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é variável e está vinculado a diversos fatores de mercado, entretanto a administração entende que a recuperabilidade dos valores contabilizados ocorrerá no prazo de cinco anos.

O prejuízo fiscal está vinculado ao resultado negativo do período.

ii) Imposto de renda e contribuição social (corrente)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Conciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	31/03/2023	31/03/2022
Resultado antes dos impostos	(21.663)	92.112
Alíquota nominal	(34)%	(34)%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	-	31.318
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Adições temporárias	51.025	44.990
Exclusões temporárias	(66.334)	(42.324)
BC de cálculo antes compensação prej. fiscal e CSLL negativa	(36.972)	94.392
Compensação de prejuízos fiscal e CSLL negativa	-	(10.576)
BC de cálculo após compensação prej. fiscal e CSLL negativa	-	83.816
Saldo de prejuízo fiscal	(92.249)	(55.277)
Impostos correntes	-	(28.501)
Alíquota efetiva de impostos	-	30,94%

iii) Revisão – subvenções

A conta de reserva de incentivos fiscais foi constituída pelas subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, os quais são concedidos como estímulo a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, conforme Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei no 6.404/1976.

Não bastasse esse argumento para afastar os benefícios e incentivos fiscais de ICMS da tributação pelo IRPJ e pela CSLL, a Lei Complementar no 160/2017 alterou a Lei no 12.973/2014, a fim de deixar claro que todos os incentivos e benefícios fiscais de ICMS são subvenções para investimentos, que não são tributadas pelo IRPJ e CSLL, por força do artigo 38, parágrafo 2o, do Decreto-lei no 1.598/1977 e do artigo 30 da Lei no 12.973/2014.

Os Tribunais Regionais Federais vêm aplicando o entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça em suas decisões, prevalecendo o entendimento de que os incentivos não podem ser tributados com base na Lei Complementar no 160/2017, devendo ser cumpridos os requisitos contábeis para a não tributação desses valores, dispostos no artigo 30 da Lei no 12.973/2014.

O valor do benefício econômico esperado para essa lide, atualizado até 31 de março de 2023 atinge o valor de R\$ 243.544.

No período encerrado em 31 de março de 2023 a Companhia gerou R\$ 21.707 de subvenções, porém não contabilizou e não utilizou o valor para exclusão na base para a apuração do IRPJ e CSLL por ter gerado prejuízo fiscal, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor principal (R\$)	Juros Selic até 03/2023 (R\$)	Total em 03/2023 (R\$)
Saldos negativos de IRPJ	50.507	20.239	70.746
Redução de IRPJ em exercícios subsequentes - prejuízo fiscal	107.613	-	107.613
Total IRPJ	158.120	20.239	178.359
Saldos negativos de CSLL	18.895	7.538	26.433
Redução de CSLL em exercícios subsequentes - base negativa	38.752	-	38.752
Total CSLL	57.647	7.538	65.185
Total geral	215.767	27.777	243.544

13. Operações com pessoal-chave (diretoria executiva e conselho de administração)

O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, eleitos em Ata de Reunião do Conselho de Administração. O valor das remunerações por serviços nas respectivas áreas nos exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, são apresentados adiante:

Descrição	2023	% - Variação	2022
	Valor (R\$)		Valor (R\$)
Diretoria Executiva	6.246	263,56	1.718
Conselho de administração	907	29,39	701
Total	8.064		2.419

A Diretoria Executiva são partes de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remuneração e benefícios.

Os membros do Conselho de Administração não são parte de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

Em 01 de março de 2023, em Ata de Assembleia Geral Ordinária foi aprovado o novo montante global da remuneração da diretoria da Companhia.

Na Diretoria Executiva a variação de 263,56% foi devido ao pagamento do prêmio de participação nos lucros e prêmio de remuneração variável, bem como variação do INPC nas verbas salariais, conforme previsão em acordo coletivo.

No Conselho de administração a variação foi devido a admissão do novo conselheiro independente e reajuste conforme AGO.

14. Partes relacionadas

Em 20 de setembro de 2022 foi aprovada em ARCA – Ata de Assembleia do Conselho de Administração a Política de Transações com Partes Relacionadas da Frigol S.A.

Transações que afetaram o resultado

Durante o exercício findo em 31 de março de 2023, houve transações junto a partes relacionadas que influenciaram o resultado do custo dos produtos vendidos. Segue as transações que afetaram o resultado dos exercícios apresentados:

Movimentações ativas

	31/12/2022	Débito	Crédito	31/03/2023
Mútuo a receber				
Frigol Holding S.A. (a)	4.282	-	(4.282)	-
Xingu Agro de Alim. Ltda. (b)	4.080	-	-	4.080
Total	8.362	-	(4.282)	4.080

(a) O Contrato de Mútuo com a Frigol Holding S.A., foi assinado em 18/03/2022 através do Instrumento Particular de Mútuo e os recursos foram decorrentes de adiantamentos para viabilização das atividades operacionais. O presente contrato foi liquidado com os dividendos que foram distribuídos no primeiro trimestre de 2023.

(b) O Contrato de Mútuo com a Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda, foi assinado em 18/03/2022 através do Instrumento Particular de Mútuo e os recursos foram decorrentes de adiantamentos para viabilização das atividades operacionais nas propriedades Rurais onde a Frigol realiza o projeto de Semiconfinamento em São Félix do Xingu/PA. O presente contrato será liquidado integralmente dentro do mês de abril de 2023.

Movimentações passivas

	31/12/2022	Débito	Crédito	31/03/2023
Fornecedores				
Durval G. Oliveira e Outros (a)	(873)	2.581	(2.208)	(500)
Total	(873)	2.581	(2.208)	(500)

Os valores correspondentes a fornecedores têm natureza operacional conforme segue:

a) Durval Gonzaga de Oliveira e Outros, são operações decorrente das aquisições de gado bovino para o abate na planta de Lençóis Paulista/SP e são pagos conforme negociação da arroba na data do abate, de acordo com os preços praticados no mercado.

15. Imobilizado

Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos e utilitários	Imóveis e edificações	Equipamentos de informática	Aeronave	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outras imobilizações	Total
Custo ou custo atribuído										
Saldos em 1º de janeiro de 2023	8.006	105.520	4.126	7.189	179.557	6.905	18.622	10.280	12.506	352.711
Adições	-	1.003	428	-	-	236	-	124	7.239	9.030
Transferência	-	1.357	9	-	-	1.363	-	-	(2.729)	-
Alienações	-	-	-	(382)	-	(9)	-	-	-	(391)
Saldos em 31 de março de 2023	8.006	107.880	4.563	6.807	179.557	8.495	18.622	10.404	17.016	361.350
Depreciação										
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	(46.251)	(1.732)	(4.017)	(11.205)	(4.261)	(11.173)	(8.324)	(129)	(87.092)
Depreciação	-	(1.580)	(80)	(208)	(1.214)	(189)	(465)	(89)	(11)	(3.836)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	278	-	9	-	-	-	287
Saldos em 31 de março de 2023	-	(47.831)	(1.812)	(3.947)	(12.419)	(4.441)	(11.638)	(8.413)	(140)	(90.641)
Valor contábil										
Em 1º de janeiro de 2023	8.006	59.269	2.394	3.172	168.352	2.644	7.449	1.956	12.377	265.619
Saldos em 31 de março de 2023	8.006	60.049	2.751	2.860	167.138	4.054	6.984	1.991	16.876	270.709

Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos e utilitários	Imóveis e edificações	Equipamentos de informática	Aeronave	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outras imobilizações	Total
Custo ou custo atribuído										
Saldos em 1º de janeiro de 2022	8.006	77.536	3.424	5.152	136.517	5.490	18.622	22.934	35.540	313.221
Adições	-	4.287	428	2.129	-	1.381	-	275	31.317	39.817
Transferência	-	23.712	280	30	43.040	78	-	(12.929)	(54.211)	-
Alienações	-	(15)	(6)	(122)	-	(44)	-	-	(140)	(327)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.006	105.520	4.126	7.189	179.557	6.905	18.622	10.280	12.506	352.711
Depreciação										
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	(41.545)	(1.450)	(3.400)	(7.083)	(3.676)	(9.311)	(9.220)	(91)	(75.776)
Depreciação	-	(4.715)	(279)	(688)	(3.164)	(624)	(1.862)	(62)	(38)	(11.432)
Transferência	-	6	(6)	-	(958)	-	-	958	-	-
Alienações	-	3	3	71	-	39	-	-	-	116
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(46.251)	(1.732)	(4.017)	(11.205)	(4.261)	(11.173)	(8.324)	(129)	(87.092)
Valor contábil										
Em 1º de janeiro de 2022	8.006	35.991	1.974	1.752	129.434	1.814	9.311	13.714	35.449	237.445
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.006	59.269	2.394	3.172	168.352	2.644	7.449	1.956	12.377	265.619

a) Custo atribuído

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e atendimento a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, o qual descreve o tratamento a ser considerada com relação ao registro do custo atribuído (*deemed cost*) do ativo imobilizado, sendo que a Companhia contratou em 2010 empresa especializada para realizar a avaliação do ativo imobilizado. O processo de avaliação teve como base a comparação dos ativos a valor de mercado em relação ao seu registro contábil.

b) Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia definiu que os ativos classificados no imobilizado representam uma única unidade geradora de caixa no contexto operacional de seus negócios. A Companhia entende que não há indícios de perda por *impairment* que necessitasse a realização do teste de recuperabilidade para esses ativos.

c) Ativos dados em garantia

A Companhia ofereceu em garantia pela emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), os imóveis industriais, bem como suas instalações, máquinas e equipamentos, localizados nas unidades de Água Azul do Norte e São Félix do Xingu ambas no Estado do Pará. A garantia foi concedida a Virgo Companhia de Securitização S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi, Cep 04.533-004, inscrita no CNPJ nº 08.769.451/0001-08.

16. Intangível

Movimentação do intangível

	31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização	31/03/2023
Amortizável:					
Softwares	1.116	125	-	(122)	1.119
Total	1.116	125	-	(122)	1.119

a) Teste para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia entende que não há indícios de perda por *impairment* que necessitasse a realização do teste de recuperabilidade para esses ativos na data de 31 de março de 2023.

17. Fornecedores

	31/03/2023	31/12/2022
Nacionais		
Matéria-prima (a)	41.400	79.377
Materiais e serviços (b)	40.036	50.925
Partes relacionadas (vide Nota Explicativa nº 14)	500	873
Total	81.936	131.175

(a) A redução do saldo de Fornecedores se deve especialmente ao pagamento do gado a prazo comprado no final de 2022 nos meses de janeiro e fevereiro de 2023. Esse movimento de compras a prazo nos últimos meses do ano e pagamento especialmente em janeiro é comum no setor da pecuária.

(b) No primeiro trimestre de 2023 houve redução no volume de vendas o que impactou no menor volume de aquisição de matéria-prima, materiais, insumos e serviços da indústria, tais como fretes, lenhas e embalagens, devido ao bloqueio das exportações principalmente da China.

Composição do saldo por idade de vencimento

	31/03/2023	31/12/2022
A vencer	80.956	130.377
Vencidas		
Até 30 dias	274	86
De 31 a 90 dias	74	221
Acima de 91 dias	632	491
Total	81.936	131.175

18. Adiantamento de clientes

	31/03/2023	31/12/2022
Clientes mercado interno	4.629	21.171
Clientes mercado externo	25.074	16.968
Total	29.703	38.139

A Companhia mantém política de recebimento antecipado das vendas junto a seus clientes a fim de garantir a produção e fornecimento futuro dessas mercadorias. Para os clientes mercado interno são basicamente para fornecimento de subprodutos resultantes do abate e no mercado externo carne bovina desossadas e congeladas. A variação de 2022 para 2023 se destaca principalmente pela liquidação dos contratos de exportação.

19. Empréstimos e financiamentos e debêntures

	Encargos e taxa de juros	31/03/2023	31/12/2022
Moeda nacional			
Capital de giro	22,42% a.a.	19.151	23.289
Leasing	Taxa DI + 3,96% a.a. / 15,39% a.a.	6.507	4.901
Conta garantida/CCE (a)	Taxa DI + 2,38% a.a.	31.703	37.134
Debêntures não conversíveis - CRA (b)	Taxa DI + 5,75% a.a.	215.258	214.618
Total		272.619	279.942
Moeda estrangeira			
ACC	Variação do US\$ + 8,24% a.a.	246.877	219.541
Leasing	Variação do US\$ + 7,25% a.a.	11.625	12.350
PPE (c)	Variação US\$ + 6,31% a.a.	7.626	12.984
Total		266.128	244.875
Total empréstimos, financiamentos e debêntures		538.747	524.817
Circulante		310.479	283.998
Não circulante		228.268	240.819

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Anos	31/03/2023	31/12/2022
2024	52.322	68.800
2025	58.441	56.839
2026	49.669	48.420
2027	36.918	35.701
2028	24.161	23.602
Após 2028	6.757	7.457
Total	228.268	240.819

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	524.817	263.512
Captação	274.657	1.598.942
Atualização juros e variação cambial	8.238	47.911
Pagamento de juros	(13.699)	(40.398)
Pagamento principal	(255.266)	(1.345.150)
Saldo final	538.747	524.817

- (a) A variação no volume de CCE/CCBs emitidos em 2022, foi decorrente da liquidação de contratos vigentes ao longo do ano. Os principais contratos ainda em vigência são com o Banco Safra S.A., R\$ 12.600 com vencimento final 31 de março de 2025 a taxa juros ponderados de 2,86% a.a. + Taxa DI e Caixa Econômica Federal com valor em dívida de R\$ 36.874 a juros de 2,18% a.a. + Taxa DI.
- (b) Em 15 de junho de 2022 a companhia executou sua 1a (primeira) emissão de debêntures simples para lastro da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com colocação privada e garantia de alienação fiduciária da Planta de Água Azul do Norte e cessão fiduciária de recebíveis. O Valor total da emissão foi de R\$ 100.000 e foram emitidas 100.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada. Os títulos têm prazo de cinco anos com amortização trimestral, carência de 15 meses e remuneração de Taxa DI + 5,75% ao ano. A emissão foi coordenada pelo Banco Safra. Em 03 de novembro de 2022 a companhia realizou sua 2a (segunda) emissão de debêntures simples para lastro da emissão de um Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com colocação privada e garantia de alienação fiduciária da Planta de São Felix do Xingu e cessão fiduciária de recebíveis. O Valor total da emissão foi de R\$ 110.600 e foram emitidas 110.600 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada. Os títulos têm prazo de seis anos com amortização trimestral, carência de 15 meses e remuneração de Taxa DI + 5,75% ao ano. A emissão foi coordenada pelo Banco Safra.
- (c) PPE – Pré Pagamento de Exportação junto ao Banco Safra S.A no valor total de US\$ 3.000 com vencimento final em setembro/23 com taxa de juros de variação cambial 6,31% a.a.

20. Arrendamento a pagar e direito de uso dos ativos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis intermediárias de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional junto às empresas relacionadas. Seguem os contratos vigentes na data de 31 de março de 2023:

- Contrato de arrendamento operacional junto a Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda., com vigência até 1ª de maio de 2027, da fazenda Maguari na cidade de São Felix do Xingu – PA. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 6.345;
- Contrato de arrendamento operacional junto a Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda., com vigência até 02 de outubro de 2027, da fazenda Água Boa na cidade de São Felix do Xingu – PA. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 7.225; e
- Contrato de arrendamento operacional junto a Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda., com vigência até 30 de abril de 2024, da fazenda São Félix do Xingu na cidade de São Felix do Xingu – PA. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 746.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional.

Os contratos são atualizados anualmente pelo IGPM – Índice Geral de Preço do Mercado, no mês de vencimento dos contratos.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de março de 2023, foi a seguinte:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	10.416	13.775
Baixa	-	(281)
Amortização	(446)	(3.078)
Saldos finais	9.970	10.416

A movimentação do passivo de arrendamento, durante exercício findo em 31 de março de 2023, foi a seguinte:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	10.784	13.951
Atualização ajuste a valor presente	48	281
Pagamento de principal	(688)	(3.167)
Baixa	-	(281)
Saldos finais	10.144	10.784
Circulante	699	1.387
Não circulante	9.445	9.397

Os arrendamentos de propriedades rurais estão em linha com a estratégia da Companhia de propiciar a produção de animais próprios e de terceiros (engorda para terceiros), com melhor classificação para exportação e acabamento voltado para linhas do mercado externo.

As propriedades arrendadas ficam no Município de São Félix do Xingu/PA e se destinam ao projeto de semiconfinamento de animais para o abate.

21. Salários e encargos sociais a pagar

	31/03/2023	31/12/2022
Salários (a)	6.496	6.605
Encargos sociais - FGTS e INSS (a)	13.712	9.953
Provisão de férias, 13º salário e encargos (a)	19.053	13.588
Provisão de PLR e PRV (b)	1.469	21.000
Outros proventos e encargos (c)	598	1.331
Total	41.328	52.477

(a) Alguns pontos impactaram a conta Salários, Encargos e Provisões, conforme segue:

- (a.1) Em 2022 a Companhia cindiu a Diretoria Administrativa e Financeira criando duas diretorias, a Administrativa e de Sustentabilidade e a Financeira e RI, além de outras contratações no nível gerencial, aumentando assim a representatividade da conta salários, na comparação com dez/2021;
- (a.2) Outro fator importante de variação foi o INPC acumulado aplicado aos Acordos Coletivos com Sindicatos, que impactaram Salários, Encargos e Provisões em 10% no Pará e 12,4% para o Estado de São Paulo; e
- (a.3) Mantivemos ainda em 2022 o provisionamento da contribuição previdenciária da suspensão do pagamento do sistema "S" o qual limita a base de cálculo a 20 salários-mínimos, conforme liminar.
- (b) Em 2022, houve maior provisão de prêmio de participação nos resultados e remuneração variável em decorrência do maior atingimento dos resultados no período de 2022 comparado a dezembro/2021, fato que propiciou um aumento nos saldos apresentados acima.
- (c) A variação é decorrente de pagamentos de acordos de indenização de natureza trabalhista em processos, que tiveram redução na comparação com 31 de dezembro de 2021.

22. Impostos e contribuições a recolher

Apresentamos a seguir, a composição do saldo de impostos e contribuições:

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recolher (a)	1.682	1.389
Parcelamento de ICMS (b)	166	180
Parcelamento da Lei nº 12.996/14 (c)	9.802	9.877
Parcelamento - PERT Lei nº 13.496/17 (d)	7.009	7.096
Parcelamento de IRPJ/CSLL (e)	2.391	2.441
Contribuição da produção rural (f)	1.040	1.099
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (g)	-	999
Outros tributos e taxas (h)	4.196	1.917
Total	26.286	24.998
Circulante	10.433	8.832
Não circulante	15.853	16.166

- (a) Os saldos apresentados de ICMS a recolher são decorrentes das operações de venda de mercadorias e diferencial de alíquotas nas aquisições de material de consumo oriundos de outros Estados.

- (b) Em novembro de 2020, foi requerido parcelamento de ICMS nº 7215510001165 em 60 parcelas foi originada na filial de Água Azul do Norte/PA.
- (c) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de Recuperação Fiscal (Refis) de débitos federais, aprovado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais.

Em 2014, com o advento da reabertura do Refis pela Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, a Companhia aderiu ao programa de refinanciamento para os débitos das seguintes modalidades:

- Demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB);
- Demais débitos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- Débitos previdenciários no âmbito da RFB; e
- Débitos previdenciários no âmbito da PGFN.

A consolidação do parcelamento foi regulamentada pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 13/2014 e nº 550/2016 e correu em duas etapas, a primeira abrangeu os “Demais débitos” e a segunda os “Débitos previdenciários”.

A seguir, consta resumo da situação da consolidação dos parcelamentos por modalidade:

(c.1) Demais débitos no âmbito da RFB – Refis

Consolidação efetivada em 22 de setembro de 2015. Parte dos débitos parcelados pela Companhia não estavam disponíveis no sistema e-CAC no momento da consolidação, sendo que no dia 25 de setembro de 2015, implementamos um pedido de revisão da consolidação para inclusão dos débitos remanescentes.

O pedido de revisão foi consubstanciado no processo administrativo nº 18186.720802/2016-40, o qual no dia 19 de agosto de 2016 foi deferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária de São Paulo (Derat).

A Consolidação dos débitos será realizada manualmente pela equipe de parcelamento da RFB, e, até lá os referidos débitos ficarão suspensos por representação.

(c.2) Demais débitos no âmbito da PGFN – Refis

A consolidação foi efetivada em 22 de setembro de 2015, integralmente no sistema e-CAC.

Em 10 de setembro de 2016, protocolamos pedido de revisão da consolidação dessa modalidade em relação ao processo no 10880.735919/2011-74, solicitando que seja reconhecida e declarada a prescrição da cobrança dos créditos tributários em questão e, consequentemente, que o processo seja excluído do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (reaberto pela Lei nº 12.996/2014).

(c.3) Débitos previdenciários no âmbito da RFB – Refis

A consolidação foi efetivada em 25 de julho de 2016. Contudo, o débito previdenciário referente ao 13º/2013 parcelados pela Companhia não estavam disponíveis no sistema e-CAC no momento da consolidação, sendo que, no dia 28 de julho de 2016, implementamos um pedido de revisão da consolidação para inclusão dos aludidos débitos.

O referido pedido de revisão foi consubstanciado no processo administrativo nº 13986.720080/2016-94.

No dia 1º de agosto de 2016, foi expedida a Carta no 053/2016 pela Derat-SP deferindo a inclusão dos débitos do 13º/2013 no parcelamento, os quais foram agrupados no Debcad nº 12.908.278-3.

(c.4) Débitos previdenciários no âmbito da PGFN – Refis

Consolidação efetivada em 25 de julho de 2016, integralmente no Sistema e-CAC, sem qualquer restrição. Segue adiante demonstrativo dos débitos do Refis por modalidade na data de 31 de março de 2023.

Demonstrativo dos parcelamentos do Refis (valores expressos em reais):

Descrição	Demais débitos RFB	Demais débitos PGFN	Débitos previdenc. RFB	Débitos previdenc. PGFN	Total (R\$)
Valor atualizado dos débitos	7.320.783	11.735.064	4.484.921	9.781.576	33.322.344
(-) Reduções p/ pgto. em até 180 vezes	(1.110.883)	(3.539.431)	(516.461)	(2.740.140)	(7.906.915)
(=) Débitos após reduções	6.209.900	8.195.633	3.968.460	7.041.436	25.415.429
(-) Amortização antes da consolidação	(813.637)	(2.071.309)	(777.318)	(2.058.129)	(5.720.393)
(-) Utilização de PF e BCN da CSLL	(1.403.854)	(3.801.357)	(583.062)	(1.895.973)	(7.684.246)
(=) Saldos	3.992.409	2.322.967	2.608.080	3.087.334	12.010.790
(+) Juros acumulados até 03/2023	1.769.438	2.384.394	1.206.936	1.276.083	6.636.851
(-) Amortização após a consolidação	(2.590.225)	(2.018.710)	(1.735.405)	(2.501.369)	(8.845.709)
Saldos em 31/03/2023	3.171.622	2.688.651	2.079.611	1.862.048	9.801.932

- (d) Em 03 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou pedido de parcelamento de débitos previdenciários junto à Secretaria da Receita Federal em 60 parcelas o qual foi deferido em 10 de dezembro de 2015, conforme Processo no 13804.726065/2015-60.

Em 27 de setembro de 2017, a Companhia desistiu do parcelamento ordinário de que trata o artigo 10 da Lei no 10.522 de 19 de julho de 2002 – débitos previdenciários do Processo no 61.478.020-9 e fez a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) para débitos previdenciários em 145 parcelas de valor original de R\$ 62.863, conforme demonstrado a seguir:

Demonstrativo do parcelamento e pagamento PERT. (valores expressos em reais)

Descrição	Principal	Juros	Multa de mora	Total (R\$)
Dívida total	8.274.425	2.465.360	1.654.885	12.394.670
Entrada (5%)	(413.721)	(123.268)	(82.744)	(619.733)
Saldos da dívida	7.860.704	2.342.092	1.572.141	11.774.937
Descontos	-	80%	50%	-
Descontos (R\$)	-	(1.873.674)	(786.071)	(2.659.745)
Dívida após descontos	7.860.703	468.418	786.071	9.115.192
Atualização de juros Selic até 03/2023	-	-	-	2.529.948
Valor parcelas pagas até 03/2023 (63/145)	-	-	-	(4.636.553)
Saldos da dívida em 31/03/2023	-	-	-	7.008.587

- (e) Em 15 de outubro de 2020, a Companhia requereu parcelamento de débitos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Comprovante de Adesão à Negociação recibo nº 00191000201513101318 e Parcelamento no 003.764.954 – Demais Débitos até 60 meses com redução total de 45% de que trata a Lei no 13.988, de 14 de abril de 2020, Portaria PGFN nº 14.402 de 16 de junho de 2020, Art. 9, Inciso II, Alínea B. A seguir demonstrativo dos parcelamentos e pagamento.

Demonstrativo do parcelamento e pagamento – Lei nº 13.988/2020. (valores expressos em reais)

Descrição	Principal	Juros/Multa	Honorários	Total (R\$)
Valor da dívida	1.609.223	3.889.135	549.835	6.048.193
Benefícios concedidos	-	(3.008.986)	(323.767)	(3.332.753)
Saldos da dívida	1.609.223	880.149	226.068	2.715.440
Parcelas mensais Prestação 01 até 12	-	-	-	19.237
Parcelas mensais Prestação 13 a 60	-	-	-	36.935
Atualização de juros Selic até 03/2023	-	-	-	455.032
Valor parcelas pagas até 03/2023 (16/60)	-	-	-	(779.217)
Saldos da dívida em 31/03/2023	-	-	-	2.391.255

- (f) O saldo apresentado da Contribuição da Produção Rural origina da aquisição de matéria prima (gado bovino e suínos) de produtos rurais. O imposto é retido na data de abate dos animais e pagos ou compensados com créditos da Cofins e do Pis conforme declaração de compensação PerdComp – Receita Federal.
- (g) O valor do IRRF foi provisionado a alíquota de 15% sobre a provisão de juros sobre o capital próprio e foi liquidado em janeiro de 2023 (vide Nota Explicativa nº 24).
- (h) São representados pelos tributos e taxas retidos sobre as aquisições de serviços e mão de obra (IRRF, PIS, Cofins e CSLL e INSS), bem como o IRRF retidos da folha de pagamento de funcionários.

23. Indenizações cíveis a pagar

A Companhia discutia judicialmente o valor de R\$ 12.563, cobrado por uma instituição financeira em razão da baixa de contrato de adiantamento de câmbio. Em 05 de junho de 2018, nos termos do Processo nº 1010005-46.2014.8.26.0011 foi homologado acordo judicial na 3ª Vara Cível de São Paulo no valor de R\$ 15.832, em 120 parcelas com de juros de 6% a.a. mais Taxa Referencial (TR). No período encerrado em 31 de março de 2023 o saldo está assim apresentado nas demonstrações contábeis intermediárias:

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante	1.249	1.305
Não circulante	5.413	5.766
Total	6.662	7.071

24. Juros sobre o capital próprio

Em 18 de agosto de 2022, foi aprovada em Ata de Reunião de Conselho de Administração (ARCA), a Política de Distribuição de Dividendos da Frigol S.A.

Em 01 de março de 2023, foi aprovada em Ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a consignar o pagamento a Acionista da Companhia de juros sobre o capital próprio no montante de R\$12.871, calculados até a data base do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

O valor de R\$ 6.213 já foi declarado e pago, conforme aprovado na AGE realizada em 05 de setembro de 2022.

O saldo residual de juros sobre o capital próprio, ora declarados no montante de R\$ 6.658, será pago parceladamente e ocorrerá até o término do exercício social do ano de 2023, líquido do imposto de renda retido na fonte.

A seguir apresentamos o demonstrativo das movimentações:

31/03/2023

(+) Saldo de Juros sobre o capital próprio a pagar 31/12/2022	5.659
(-) Juros sobre o capital próprio pagos no período	(566)
(=) Saldo de juros sobre o capital próprio em 31/03/2023	5.093
	31/12/2022
(+) Saldo de Juros sobre o capital próprio a pagar 31/12/2021	6.273
(+) Juros sobre o capital próprio provisionados no período	12.871
(-) IRRF alíquota 15%	(1.931)
(-) Juros sobre o capital próprio pagos no período	(11.554)
(=) Saldo de juros sobre o capital próprio em 31/12/2022	5.659
% em relação ao Lucro Líquido do período	9,684%

25. Dividendos

Em 18 de agosto de 2022, foi aprovada em Ata de Reunião de Conselho de Administração (ARCA), a Política de Distribuição de Dividendos da Frigol S.A.

Em 01 de março de 2023, foi aprovada em Ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a consignar a distribuição de dividendos a Acionista da Companhia correspondente ao montante de R\$30.879, a título de dividendos obrigatórios e dividendos adicionais.

O valor de R\$ 8.904 já foi declarado e distribuído a título de dividendos intercalares, conforme aprovado na AGE realizada em 20 de julho de 2022 e retificado na AGE de 05 de setembro de 2022.

O saldo residual de dividendos ora declarados, no montante de R\$ 21.975, será pago parceladamente e ocorrerá até o término do exercício social do ano de 2023, respeitando a política de distribuição de dividendos da Companhia.

A seguir apresentamos a demonstração das provisões e pagamentos:

31/03/2023

(+) Saldo de dividendos a pagar 31/12/2022	21.975
(+) Dividendos propostos no período	-
(=) Total dividendos no período	21.975
(-) Dividendos pagos no período	(6.469)
(=) Saldo dividendos a pagar 31/03/2023	15.506
% em relação ao lucro líquido do período	-

31/12/2022

(+) Saldo de dividendos a pagar 31/12/2021	-
(+) Dividendos intercalares em 30/06/2022	8.904
(+) Dividendos propostos em 31/12/2022	21.975
(=) Total dividendos no período	30.879
(-) Dividendos pagos no período	(8.904)
(=) Saldo dividendos a pagar 31/12/2022	21.975
% em relação ao lucro líquido do período	23,23%

Parte dos dividendos provisionados, após aprovação das demonstrações contábeis auditadas, serão utilizados para a quitação integral de valores de partes relacionadas em nome da acionista Frigol Holding S.A., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14.

26. Provisão para riscos processuais

A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista e tributária, todos em razão do curso normal das operações. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e reflete razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 25 – Ativos e passivos contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

Em 31 de março de 2023, a provisão para riscos processuais no montante de R\$ 5.069 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 4.041), refere-se aos processos de perdas, como segue:

	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhista (a)	4.548	3.352
Tributário (b)	505	505
Cível (c)	16	184
Total	5.069	4.041

(a) Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2023, a Companhia figurava no polo passivo de reclamações trabalhistas. Adotando uma postura conservadora e com base no histórico das ações, a Companhia passou provisionar seus débitos trabalhistas quando do recebimento das citações, sem aguardar as condenações. Agindo dessa forma, entende a administração da Companhia e seus assessores legais que o provisionamento de R\$ 5.069, é suficiente para fazer frente a eventuais perdas. Os pedidos mais comuns realizados nas reclamationárias são os pleitos de horas extras, diferenças salariais, tempos à disposição, diferenças de adicionais de insalubridade, descaracterização de justa causa e algumas indenizações por acidente do trabalho. Em que pese a diversidade de pedidos, entende a administração da Companhia que nenhuma reclamação trabalhista na qual figure como ré merece ser destacada individualmente.

(b) Processos tributários

A Companhia fez o provisionamento em 2021, como perdas dos processos da guerra fiscal da Fazenda Estadual de São Paulo, Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, Sesi e Senai, conforme a seguir:

Nº.	Autor	Objeto detalhado	Nº do Proc.	Valor (R\$) mil
1	Fazenda Est SP	Guerra Fiscal ICMS	0003662-73.2009.8.26.0319	417
2	DNIT	Execução fiscal - multas peso	1000609-22.2020.4.01.3905	12
3	DNIT	Execução fiscal - multas peso	0001836-98.2019.4.01.3905	4
4	DNIT	Execução fiscal - multas peso	1003100-02.2020.4.01.3905	2
5	DNIT	Execução fiscal - multas peso	1002579-57.2020.4.01.3905	38
6	Sesi	Contrib. sociais destinadas Sesi	1028566-35.2020.8.26.0100	12
7	Senai	Contrib. sociais destinadas Senai	1027249-02.2020.8.26.0100	20
Total				505

(c) Processos cíveis

Na mesma data a Companhia era ré em ações cíveis e, segundo a opinião da administração da Companhia e de seus assessores legais, o provisionamento de R\$ 16, é suficiente para fazer frente

a eventuais perdas.

As ações cíveis nas quais a Companhia é ré envolvem discussões consumeristas, indenizações diversas, discussões contratuais, entre outros, sendo certo que nenhum dos processos merece destaque individual.

Em 31 de março de 2023, a Companhia apresentou os montantes de depósitos judiciais de R\$ 3.666 (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 3.406).

	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhista	1.921	1.660
Tributária	537	537
Cível	1.208	1.209
Total	3.666	3.406

(d) Provisões possíveis

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações (Trabalhistas, Tributárias e Cíveis) cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, conforme pronunciamento contábil CPC 25, no montante de R\$ 654 (R\$ 3.912 em 31 de dezembro de 2022).

27. Patrimônio líquido

i) Capital social

Em 31 de março de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 126.935, representado por 118.304.341 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2022, o mesmo valor e quantidade de ações).

ii) Reserva legal

A conta de reserva legal foi constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976 exceder 30% do capital social, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

iii) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros ou prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

iv) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para a conta de lucros ou prejuízos acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação, depreciação e baixa dos ativos a que elas se referem.

v) Reserva de incentivo fiscal

A conta de reserva de incentivos fiscais foi constituída pelas subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, os quais são concedidos como estímulo a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, conforme Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia gerou R\$ 86.324 de subvenções e utilizou administrativamente 30% (trinta por cento) deste valor em um montante de R\$ 25.897, para exclusão na base para a apuração do IRPJ e CSLL proporcionando redução tributária dos referidos impostos, conforme determina a Lei 12.973/2014 que prevê que os valores utilizados como subvenção e deduzidos para apuração dos impostos supramencionados devem ser registrados em conta de reserva no Patrimônio Líquido.

Apresentamos a seguir o saldo das reservas de incentivos fiscais:

(+) Saldo em 31/12/2022	137.268
(+) Constituição de reservas das subvenções	-
(=) Saldo em 31/03/2023	137.268

O saldo remanescente de 70% (setenta por cento) fica vinculado à recuperação através da ação 5028609-86.2018.4.03.6100 da 1ª Vara Cível Federal de São Paulo, na qual se objetiva afastar as subvenções estaduais, ou seja, para excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os incentivos e benefícios fiscais de ICMS.

Não bastasse esse argumento para afastar os benefícios e incentivos fiscais de ICMS da tributação pelo IRPJ e pela CSLL, a Lei Complementar nº 160/2017 alterou a Lei nº 12.973/2014, a fim de deixar claro que todos os incentivos e benefícios fiscais de ICMS são subvenções para investimentos, que não são tributadas pelo IRPJ e CSLL, por força do artigo 38, parágrafo 2º, do Decreto-lei nº 1.598/1977 e do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Os Tribunais Regionais Federais vêm aplicando o entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça em suas decisões, prevalecendo o entendimento de que os incentivos não podem ser tributados com base na Lei Complementar nº 160/2017, devendo ser cumpridos os requisitos contábeis para a não tributação desses valores, dispostos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

As declarações de Imposto de Renda estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir da data da sua entrega. A Companhia pode estar sujeita à cobrança adicional de tributos, multas e juros em decorrência dessas revisões.

O valor do benefício econômico esperado para essa lide, atualizado até 31 de março de 2023 atinge o valor de R\$ 243.544.

vi) Reserva de incentivo fiscal a constituir

A conta de reserva de incentivos fiscais foi constituída pelas subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, os quais são concedidos como estímulo a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, conforme Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976.

No período encerrado em 31 de março de 2023 a Companhia não constituiu qualquer valor das subvenções geradas devido ao resultado negativo.

28. Receita operacional líquida

	%	31/03/2023	31/03/2022
Mercado interno (a)	(9%)	421.433	495.953
Mercado externo (b)	69%	309.139	550.107
Receita bruta	60%	730.572	1.046.060
(-) Imposto sobre vendas	(7%)	(24.706)	(27.943)
(-) Devoluções e abatimentos (c)	88%	(8.581)	(25.502)
Deduções da Receita Bruta	(81%)	(33.287)	(53.445)
Receita líquida	21%	697.285	992.615

- (a) Menor participação do Mercado Interno na Receita Operacional Bruta atingindo 47%, contra 62% na comparação do mesmo período do ano anterior. Embora a receita acumulada no trimestre foi 31% menor que o mesmo trimestre do ano anterior, no ano a Receita com o Mercado Interno reduziu 9% com a comparação com o acumulado do ano de 2021.
- (b) Maior participação do Mercado Externo na Receita Operacional Bruta atingindo 53%, contra 38% na comparação do mesmo período do ano anterior. A Receita com o Mercado Externo cresceu 123% na comparação com o mesmo período do trimestre do ano anterior e 69% no acumulado do ano.
- (c) Menor nível de Devoluções e Abatimentos 1,3%, contra 1,6% na comparação do mesmo trimestre do ano anterior. Embora menor no trimestre no ano de 2022 as devoluções e abatimentos foram 88% superiores ao acumulado de 2021.

29. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	31/03/2023	% ROL	31/03/2022	% ROL
Custo dos prod. vendidos (a)	(632.229)	(90,7%)	(826.175)	(83,2%)
Despesas Administrativas (b)	(20.774)	(3,0%)	(19.775)	(1,99%)
Comercial/Vendas (c)	(53.015)	(7,6%)	(57.103)	(5,8%)
Total	(706.018)	(101,3%)	(903.053)	(90,99%)
Outras despesas (d)	(1.425)	(0,21%)	(158)	(0,01%)
Outras receitas (e)	2.216	0,31%	473	0,05%
Total	791	0,10%	315	0,04%

- (a) No período de 2022 obtivemos o maior volume em número de animais abatidos do ano, com 474 mil contra 429 mil em 2021, um crescimento de 10% em número de cabeças, proporcionando um volume em quilos maior em 11.873 toneladas de carne com osso disponíveis para processamento. Em relação ao custo dos produtos vendidos houve redução de 5,9% sobre a receita líquida do mesmo período de 2021, onde o custo por @ dos animais abatidos no trimestre foram de R\$ 280,01 em 2022 e 294,61 em 2021, queda de 5% considerando comissões e fretes sobre compras. No ano de 2022 o comportamento do custo da matéria prima com aumento de 0,5%, sobre R\$ 301,44 comparado ao ano de 2021, e mesmo com a queda de preços no último semestre não absorveu o comportamento de queda dos preços de venda.
- (b) No período as despesas administrativas fecharam com aumento em relação ao ano anterior de 0,7% sobre a receita líquida, em razão dos aumentos salariais que no setor foram acima de 12% trazendo grandes impactos nesta conta.
- (c) Nas Despesas Comerciais, houve grandes impactos nos gastos logísticos, envolvendo entregas no mercado doméstico e principalmente no exterior, principalmente pelas renegociações frequentes pelos reajustes do petróleo. No período de 2022 tivemos 9,0 milhões de pagamento de Detention/Demurrage que são gastos relacionados a um custo indenizatório ao armador, pelos atrasos na retirada do container do terminal, e que em 2021 este gasto não existia.
- (d) A variação em outras despesas do resultado acumulado de 2021 comparado com o período acumulado de 2022 é decorrente de mudança de critério de lançamento para de custo de aquisição de energia livre.
- (e) A variação em outras receitas do resultado acumulado de 2021 com o mesmo período de 2022 se deve aos créditos tributários decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, incluem também as reversões de contingências.

30. Despesas e receitas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

Custos dos produtos vendidos

	31/03/2023	31/03/2022
Custo de estoque, matéria-prima e insumos	(599.599)	(796.998)
Salários, encargos e benefícios	(29.668)	(27.178)
Depreciação e amortização	(2.962)	(1.999)
Total	(632.229)	(826.175)

Administrativa e com vendas

	31/03/2023	31/03/2022
Salários, encargos e benefícios	(15.246)	(15.699)
Depreciação e amortização	(1.442)	(1.613)
Despesa com comercialização	(11.955)	(15.022)
Fretes e armazenagem	(35.447)	(36.714)
Despesas gerais com transportes	(701)	(568)
Impostos e taxas	(638)	(557)
Serviços de terceiros	(2.617)	(2.101)
Outras despesas	(7.168)	(4.762)
Outras receitas	2.216	473
Total	(72.998)	(76.563)

Abertura do valor de outras despesas

	31/03/2023	31/03/2022
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(475)	(135)
Provisão de natureza trabalhista	(951)	-
Despesas de viagens e estadias	(881)	(288)
Despesas com aluguéis	(585)	(215)
Despesas com aluguéis - software	(876)	(657)
Despesas com manutenção predial	(854)	(535)
Despesas com manutenção de sistemas	(284)	(169)
Despesas com telecomunicações	(153)	(135)
Despesas com contribuições e doações	(18)	(27)
Despesas com higienização sanitária - CD	(311)	(167)
Despesas com materiais de embalagem - CD	(334)	(409)
Despesas com materiais de expediente	(69)	(53)
Despesas com cursos e treinamentos	(148)	(23)
Despesas com materiais de ambulatório	(32)	(178)
Despesas com conservação móveis utensílios/ informática	(84)	(299)
Despesas com publicações em jornais	(87)	(87)
Despesas com cartorárias e certificações	(34)	(96)
Despesas com consultas Serasa/SPC	(132)	(126)
Outras despesas	(860)	(1.163)
Total	(7.168)	(4.762)

Abertura do valor de outras receitas

	31/03/2023	31/03/2022
Reversão provisão de natureza trabalhista	-	280
Reversão provisão de natureza cível	167	-
Receita de alienação de bens do ativo imobilizado	200	-
Bonificações recebidas	28	1
Ressarcimento de sinistros (seguros)	114	109
Créditos tributários	1.471	58
Venda de sucatas	8	18
Atualização monetário – taxa Selic	213	-
Outras receitas	15	7
Total	2.216	473

31. Resultado financeiro

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.333	226
Descontos obtidos	474	443
Ganho em operações com derivativos (c)	63	-
Juros recebidos	204	556
Subtotal	4.074	1.225
Despesas financeiras (a)		
Juros com financiamentos	(13.925)	(9.029)
Juros com contratos de câmbio	(3.657)	(2.915)
Perdas em operações com derivativos	(22)	-
Despesas com antecipação de liquidação de empréstimos	(1.050)	(238)
Descontos concedidos	(1.813)	(2.756)
Outros	(1.641)	(491)
Subtotal	(22.108)	(15.429)
Variação cambial líquida (b)		
Ganho de variação cambial	32.479	47.728
Perda de variação cambial	(27.817)	(31.132)
Subtotal	4.662	16.596
Resultado financeiro líquido	(13.372)	2.392

- (a) Aumento das contas de juros de financiamentos pelo maior endividamento bruto e maior juros com contratos de câmbio pelo maior volume de exportações frente ao ano de 2021.
- (b) A variação cambial se deve à depreciação da cotação do dólar frente ao real, a maior participação das dívidas em dólar em especial as linhas de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), principal fonte de capital de giro da companhia para o Financiamento da produção à Exportação e parcialmente compensadas pela maior posição de saldo de caixa em dólares fruto do maior volume de exportações.
- (c) Hedge de passivo, ganho no acumulado do ano relativo à proteção do real frente à variação do dólar nos contratos de ACC selecionados.
- (d) Correção monetário IGP-M decorrente de cumprimento de sentença arbitral referente ao processo nº 1020446.75.2022.8.26.0506, julgado favorável a Frigol contra a empresa Kyon OS Trader Energia S.A, bem como atualização do processo do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins.

32. Classificação dos ativos e passivos pelo valor justo do custo amortizado

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, conforme quadros a seguir:

		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
	Notas	31/03/2023	31/03/2023
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	6	211.850	-
Outros investimentos	7	-	48
Contas a receber	8	-	155.761
Adiantamentos a fornecedores	-	-	7.369
Partes relacionadas	13	-	4.080
Outros	-	-	30.057
Passivos			
Fornecedores	15	-	(81.436)
Fornecedores - partes relacionadas	15	-	(500)
Adiantamentos de clientes	16	-	(29.703)
Outras contas a pagar	-	-	(2.053)
Indenizações a pagar	21	-	(6.662)
Juros sobre o capital próprio	22	-	-
Dividendos	22	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	(538.747)
Total		211.850	(461.786)

		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
	Notas	31/12/2022	31/12/2022
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	6	258.925	-
Outros investimentos	7	-	48
Contas a receber	8	-	226.935
Adiantamentos a fornecedores	-	-	5.256
Partes relacionadas	13	-	8.362
Outros	-	-	37.271
Passivos			
Fornecedores	15	-	(130.302)
Fornecedores - partes relacionadas	15	-	(873)
Adiantamentos de clientes	16	-	(38.139)
Outras contas a pagar	-	-	(3.956)
Indenizações a pagar	21	-	(7.071)
Juros sobre o capital próprio	22	-	-
Dividendos	22	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	(524.817)
Total		258.925	(427.286)

Valor justo por meio do resultado

Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo.

Reconhecimento pelo custo amortizado

Os valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidos no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível, 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Notas	2023		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixas e equivalentes de caixa	6	211.850	-	-
Outros investimentos	7	-	48	-
Total		211.850	48	

Ativos	Notas	2022		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixas e equivalentes de caixa	6	258.925	-	-
Outros investimentos	7	-	48	-
Total		258.925	48	-

Risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das demonstrações contábeis intermediárias foi:

	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	6	211.850	258.925
Outros investimentos	7	48	48
Contas a receber	8	155.761	226.935
Adiantamentos a fornecedores	-	7.369	5.236
Outros	-	30.057	37.271
Total		405.085	528.415

Risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Não é esperado que fluxos de caixa provenientes de vencimentos dos passivos financeiros tenham variações significativas dos expressos a seguir:

31/03/2023					
	Valor contábil	Menos de 01 ano	01-02 anos	02-05 anos	Mais que 05 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	(538.747)	(310.479)	(95.243)	(127.575)	(5.450)
Fornecedores	(81.936)	(81.936)	-	-	-
Outros	(2.053)	(471)	(648)	(934)	-

31/12/2022					
	Valor contábil	Menos de 01 ano	01-02 anos	02-05 anos	Mais que 05 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	(524.817)	(283.998)	(121.902)	(118.917)	-
Fornecedores	(131.175)	(131.175)	-	-	-
Outros	(3.956)	(2.326)	(483)	(1.147)	-

Risco de taxa de juros

A diretoria entende que o risco de exposição à taxa de juros da Companhia em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, demonstrados adiante, estão de acordo com a política de gestão de risco financeiro. O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis era:

	Valor contábil	
	31/03/2023	31/12/2022
Instrumento com taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa:		
Remunerados por CDI	157.901	164.770
Total	157.901	164.770
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos:		
Remunerado por TR	-	-
Remunerado por CDI	(272.618)	(279.942)
Remunerado por Libor	-	-
Total	(272.618)	(279.942)
Exposição líquida de ativos e passivos	(114.717)	(115.172)

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de março de 2023.

Esta análise considera as expectativas da administração em relação ao cenário macroeconômico, interno e externo. No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta em 31 de março de 2023, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de março de 2023 acrescido de deterioração de 10%, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de possível e remoto, respectivamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia relacionados a riscos relevantes são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2023 e 2022, se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, Dólar e da Libor para empréstimos e financiamentos e para aplicações financeiras o CDI.

Análise de sensibilidade da variação de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa Libor e CDI, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

O endividamento está atrelado, às taxas Libor, TR, CDI e cupom fixo ("R\$ e USD"). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação da Libor, TR ou CDI o custo do endividamento pós-fixado se eleva e por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI para operações no mercado interno e cupom fixo ("USD") para operações no mercado externo. Visto que ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

O quadro a seguir resume as alterações nas taxas de juros e os impactos para a Companhia:

Taxa	Risco de juros pré-fixado		
	Exposição	Variação	Impacto
CDI	Aplicações	+	+
CDI	Aplicações	-	-
CDI	Obrigações	+	-
CDI	Obrigações	-	+
Libor/Cupom USD	Obrigações	+	-
Libor/Cupom USD	Obrigações	-	+

Taxa	Risco de juros pós-fixado		
	Exposição	Variação	Impacto
CDI	Aplicações	+	+
CDI	Aplicações	-	-
CDI	Obrigações	+	-
CDI	Obrigações	-	+
Libor/Cupom USD	Obrigações	+	-
Libor/Cupom USD	Obrigações	-	+

Risco de variação cambial

A seguir apresentamos as principais exposições ao risco de variação cambial.

	USD		R\$	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Operacional				
Caixa e equivalentes de caixa	6.317	13.898	32.095	72.515
Contas a receber de clientes	16.516	20.720	83.904	108.112
Subtotal	22.833	34.618	115.999	180.627
Financeiro				
Adiantamento de clientes	(4.936)	(3.252)	(25.074)	(16.968)
Empréstimos e financiamentos	(52.383)	(46.931)	(266.129)	(244.874)
Subtotal	(57.319)	(50.183)	(291.203)	(261.842)
Total da exposição	(34.486)	(15.565)	(175.204)	(81.216)
Derivativos (valor nominal)				
Non deliverable forwards (NDF's) Venda	(27.650)	(10.000)	(146.334)	(54.573)
Non deliverable forwards (NDF's) Compra	-	-	-	-
Derivativos Zero Cost	-	-	-	-
Total dos derivativos	(27.650)	(10.000)	(146.334)	(54.573)
Exposição líquida	(321.538)	(25.565)	(62.136)	(135.789)

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial oriunda de sua carteira de contas a receber do mercado externo (venda). O instrumento utilizado é *Non Deliverable Forwards* (NDF) e operações de Zero Cost.

Além dos derivativos para proteção contra variação cambial para as contas a receber da Companhia (Venda), no primeiro trimestre de 2023 a companhia realizou operações de *Non Deliverable Forwards* (NDF) para proteção das dívidas em dólar (Compra), visando mitigar parte da variação cambial futura por conta de oscilações do câmbio.

Todas as operações de derivativos do programa de hedge, estão detalhadas no quadro a seguir, que inclui informações sobre o tipo de instrumento, instituição emissora, data de início, vencimento e valores de referência em dólar e reais.

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/03/2023		31/03/2023
				Valor em (USD) mil	Valor em (R\$) mil	Resultado (R\$) mil
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	02/06/2023	(600)	(3.212)	131
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	02/06/2023	(700)	(3.722)	128
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	09/06/2023	(500)	(2.645)	75
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	09/06/2023	(500)	(2.672)	102
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	09/06/2023	(700)	(3.778)	178
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	16/06/2023	(600)	(3.203)	114
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	16/06/2023	(700)	(3.780)	175
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	23/06/2023	(600)	(3.182)	89
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	23/06/2023	(600)	(3.209)	115
Subtotal				(5.500)	(29.403)	1.107
NDF	XP Investimentos	Venda	30/04/2023	(350)	(1.823)	39
NDF	XP Investimentos	Venda	12/05/2023	(700)	(3.726)	(163)
NDF	XP Investimentos	Venda	26/05/2023	(600)	(3.175)	100

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/03/2023		31/03/2023
				Valor em (USD) mil	Valor em (R\$) mil	Resultado (R\$) mil
NDF	XP Investimentos	Venda	26/05/2023	(700)	(3.761)	171
Subtotal				(2.350)	(12.485)	147
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	06/04/2023	(700)	(3.707)	149
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	14/04/2023	(500)	(2.598)	53
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	14/04/2023	(600)	(3.199)	146
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	20/04/2023	(400)	(2.123)	85
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	20/04/2023	(400)	(2.111)	74
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	28/04/2023	(500)	(2.640)	90
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	30/04/2023	(350)	(1.815)	31
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	30/04/2023	(400)	(2.118)	78
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	30/04/2023	(400)	(2.129)	89
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	05/05/2023	(700)	(3.722)	149
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	12/05/2023	(600)	(3.154)	88
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	19/05/2023	(400)	(2.072)	25
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	19/05/2023	(700)	(3.703)	119
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	19/05/2023	(400)	(2.126)	78
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	16/06/2023	(700)	(3.735)	131
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	30/06/2023	(400)	(2.110)	46
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	30/06/2023	(500)	(2.647)	66
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	30/06/2023	(700)	(3.798)	182
Subtotal				(9.350)	(49.507)	1.679
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	06/04/2023	(500)	(2.616)	75
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	06/04/2023	(400)	(2.099)	67
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	06/04/2023	(350)	(1.832)	53
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	06/04/2023	(400)	(2.099)	67
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	14/04/2023	(600)	(3.156)	103
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	14/04/2023	(350)	(1.833)	52
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	20/04/2023	(400)	(2.109)	71
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	20/04/2023	(700)	(3.711)	146
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	28/04/2023	(500)	(2.634)	85
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	28/04/2023	(750)	(4.000)	175
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	30/04/2023	(350)	(1.805)	21
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	30/04/2023	(400)	(2.079)	40
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	30/04/2023	(350)	(1.808)	24
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	05/05/2023	(500)	(2.640)	88
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	05/05/2023	(650)	(3.413)	96
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	12/05/2023	(700)	(3.665)	88
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	19/05/2023	(400)	(2.115)	67
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	26/05/2023	(350)	(1.822)	29
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	26/05/2023	(350)	(1.790)	(3)
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	31/05/2023	(650)	(3.413)	78
NDF	Banco BTG Pactual S.A.	Venda	30/06/2023	(800)	(4.300)	169
Subtotal				(10.450)	(54.939)	1.591
Total				(27.650)	(146.334)	4.524

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/12/2022		31/12/2022
				Valor em (USD) mil	Valor em (R\$) mil	Resultado (R\$) mil
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	27/01/2023	(1.000)	(5.418)	111
Subtotal				(1.000)	(5.418)	111
NDF	XP Investimentos	Venda	31/01/2023	(1.500)	(8.115)	135
NDF	XP Investimentos	Venda	08/02/2023	(1.500)	(8.153)	154
NDF	XP Investimentos	Venda	14/02/2023	(1.500)	(8.331)	320
Subtotal				(4.500)	(24.599)	609
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	24/01/2023	(2.000)	(10.936)	339
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	03/02/2023	(1.000)	(5.428)	101
Subtotal				(3.000)	(16.364)	440
NDF	Banco Daycoval S.A.	Venda	17/01/2023	(1.500)	(8.193)	285
Subtotal				(1.500)	(8.193)	285
Total				(10.000)	(54.574)	1.445

Risco de preço de commodities

A Companhia atua no ramo do agronegócio e no curso normal de suas operações está exposta a variações nos preços de commodities como boi gordo e boi magro no mercado interno. O mercado de commodities tem como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos como clima, volume de oferta, custos de transportes, armazenagem e políticas agropecuárias, entre outros. A diretoria é responsável por mapear as exposições a preços de commodities e propor a estratégia para mitigar tais exposições.

Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities:

Instrumento	Instituição	Data de vencimento	31/03/2023	
			Valor em (R\$). Nominal	Resultado (R\$)
BGI	Necton Corretora	28/04/2023	32.924	693
BGI	Necton Corretora	31/05/2023	8.258	227
BGI	Necton Corretora	30/06/2023	191	2
BGI	Banco Santander	28/04/2023	8.050	(64)
BGI	Banco Santander	30/06/2023	762	(3)
Total			50.185	855

Instrumento	Instituição	Data de vencimento	31/12/2022	
			Valor em (R\$). Nominal	Resultado (R\$)
BGI	Necton Corretora	31/01/2023	22.654	1.012
BGI	Necton Corretora	28/02/2023	962	41
Total			23.616	1.053

Análise de sensibilidade ao câmbio

Com objetivo de verificar a sensibilidade líquida entre ativos e passivos sujeitos à variação do Dólar, a Companhia adotou três cenários para a análise, sendo um provável, apresentado, a seguir, e dois que

possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

Exposição em 31 de março de 2023

Risco de câmbio Cenários e níveis de preço	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
	10% (5,5884 BRL/USD)	25% (6,3505 BRL/USD)	50% (7,6206 BRL/USD)
Operacional	127.598	144.998	173.998
Financeira	(320.323)	(364.003)	(436.804)
Derivativos	(154.520)	(175.591)	(210.709)
Exposição líquida	(347.245)	(394.596)	(473.515)

33. Resultado das operações descontinuadas

Ativo	31/03/2023
Circulante	165
Depósito judicial	-
Total do ativo	165

Passivo	31/03/2023
Circulante	462
Obrigações sociais e trabalhistas	462
Patrimônio líquido	(297)
Total do passivo e P. L.	165

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma individual, compreende o período de janeiro a março de 2023 e se referem ao encerramento da atividade da unidade de Cachoeira Alta/GO, descontinuada em 2021.

Resultado das operações descontinuadas	31/03/2023	31/03/2022
Despesas gerais e administrativas	(55)	(543)
Resultado financeiro	(50)	-
Outras despesas operacionais	(328)	-
Outras receitas operacionais	83	-
Resultado líquido das operações descontinuadas	(350)	(543)

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia considera a concentração e relevância dos riscos obtidos a partir de seu programa de gerenciamento de riscos.

Desta forma, as coberturas contratadas no mercado são compatíveis com seu porte e a natureza de sua atividade, em montantes entendidos como suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando ainda a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possui cobertura de seguro de imóvel, maquinários e lucros cessantes na data de 31 de março de 2023, com apólice pelas Seguradoras HDI e Tóquio Marine, no montante total de R\$ 454.081, conforme tabela adiante:

LR	Endereço	Situação	Total
1	Frigorífico de Bovinos - Lençóis Paulista/SP	Ativo	150.877
2	Frigorífico de Bovinos - São Félix do Xingu/PA	Ativo	125.482
3	Frigorífico de Bovinos - Água Azul do Norte/PA	Ativo	128.346
4	Escritório Corporativo - Lençóis Paulista/SP	Ativo	4.805
5	Frigorífico de Suínos - Lençóis Paulista/SP	Ativo	15.915
6	Graxaria Industrial - Lençóis Paulista/SP	Ativo	8.826
7	Centro de Distribuição - Bauru/SP	Ativo	19.830
Total			454.081

O Centro de Distribuição – Jandira/SP tem previsão contratual de apólice em responsabilidade da contratada e o seguro das mercadorias no valor total de R\$ 15.000.000,00, com cláusula beneficiária conforme endosso número 3, da apólice número 118344025557 da companhia de seguros Porto Seguros Cia de Seguros Gerais de 20 de dezembro de 2022, com vigência até 05 de junho de 2023.

35. Eventos subsequentes

A Diretoria Executiva visando o aperfeiçoamento da estratégia da Companhia na linha de suínos, com suporte do Comitê Operacional e de Estratégia e do Conselho de Administração, aos 06 de abril de 2023, resolveram pela paralisação temporária da atividade de abate na planta de suínos, pelo prazo de noventa dias com aprofundamento e análise do plano estratégico para maior rentabilidade nestas atividades. A linha de temperados e processamento foi mantida através da aquisição de carcaças na unidade de bovinos. A Companhia preservou os empregos dos colaboradores com o remanejamento dos mesmos para atuação na unidade de bovinos. Este movimento visa o aperfeiçoamento da estratégia de atuação da Companhia.

* * *